

# MORALIDADE ADMINISTRATIVA

## Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 06/2022 - Novembro e Dezembro de 2022



05

**Boletim Informativo - CAOPAM**

06

**Notícias do MPBA - Semana do MP: Avanços e retrocessos no combate à corrupção são temas de debate**

07

**Notícias do MPBA - Justiça determina suspensão de contratação de empresa para serviços de gestão do Planserv**

07

**Notícias do MPBA - MP faz recomendação a Prefeitura de Cabaceiras do Paraguaçu após casos de nepotismo**

08

**Notícias do MPBA - Justiça decreta afastamento de secretária de saúde de Inhambupe por improbidade administrativa**

08

**Notícias do MPBA - MP recomenda ao Município de Macaúbas retirada de nomes de pessoas vivas de bens públicos**

08

**Notícias do MPBA - Acordo entre MP e Prefeitura prevê processo seletivo para novas autorizações de táxi em Salvador**

09

**Notícias do MPBA - Município de Barreiras é recomendado a adotar medidas de gestão e fiscalização de contratos administrativos**

09

**Notícias do MPBA - MP denuncia ex-prefeito de Carinhanha por contratações irregulares**



09

**Notícias do MPBA - Câmara Municipal de Ilhéus faz acordo com MP para realização de concurso**

10

**Notícias do MPBA - 'Operação Metástase' combate atuação de organização criminosa em Porto Seguro**

10

**Notícias do MPBA - Operação Turandot: Justiça recebe denúncia contra nove investigados por fraudes em processos judiciais**

10

**Notícias do MPBA - MP deflagra 'Operação Pandemia' contra envolvidos em irregularidades na operacionalização de serviços de saúde em hospital de Salvador**

10

**Notícias do MPBA - MP deflagrou 30 operações de combate ao crime organizado em 2022**

11

**Notícias do MPBA - MP aciona Justiça e representa ao TCM pedindo cancelamento de concurso em Poções**

11

**Notícias do MPBA - Justiça e TCM suspendem concurso em Poções a pedido do MP**

11

**Notícias do MPBA - Acordo prevê anulação de concurso e realização de novo certame em Poções**

12

**Notícias do STF**



# ÍNDICE

15

Notícias do STJ

18

Expediente

Prezados colegas,

Apresento a sexta edição do boletim informativo do CAOPAM no ano de 2022. O boletim será publicado bimestralmente e tem por propósito condensar as principais informações da área de defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa correspondentes ao bimestre abrangido. Divulgaremos as notícias relativas à atuação do MPBA, prestigiando ações de destaque. Além disso, traremos as principais decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça no período. Apresentaremos as consultas e demais produções relevantes do CAOPAM. Por fim, difundiremos peças jurídicas de interesse para nossa área de atuação.

O objetivo é entregar aos leitores um boletim enxuto e preciso, o que não descarta, quando oportuno, a inclusão de materiais de outra natureza, tais como artigos e trabalhos acadêmicos, jurídicos ou não, que tenham relação com a defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa. A publicação está sujeita a constante aperfeiçoamento e, para isso, contamos com as críticas e sugestões dos colegas.

Boa leitura!

Frank Monteiro Ferrari  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOPAM



## Semana do MP: Avanços e retrocessos no combate à corrupção são temas de debate

Um cenário de desafios sem precedentes para a democracia brasileira no combate à corrupção. Assim, o deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul, Marcel Van Hattem descreveu a forma como ele enxerga o momento pelo qual o parlamento brasileiro vem passando, durante o debate realizado na manhã de hoje, dia 16, na Semana do Ministério Público. “Legislar se tornou um desafio, sobretudo nos assuntos atinentes à corrupção”, afirmou o deputado. Membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o promotor de Justiça João Paulo Schoucair, que também participou do debate, afirmou que o MP, embora tenha o poder e o dever de investigar, vem “sofrendo uma série de embargos”. “Combater a corrupção tem sido um desafio enfrentado pelos membros do MP brasileiro. Mesmo com todas as dificuldades, porém, temos que insistir na nossa atuação, realizando operações e encarando de frente todas as dificuldades que são impostas pelo cenário atual”, afirmou o conselheiro.

O deputado Van Hatten citou como uma das vitórias na luta contra a corrupção o veto à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 05/2021, que propunha uma mudança na composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). “A PEC, se aprovada, diminuiria a independência e a autonomia investigativa do MP”. No entanto, segundo o deputado, “há mais a se lamentar do que a se comemorar” no cenário nacional de combate à corrupção. [...]

[+ Veja mais](#)





## Justiça determina suspensão de contratação de empresa para serviços de gestão do Planserv

O processo de contratação pública de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio operacional à autogestão do Planserv deve ser suspenso por determinação da Justiça. Atendendo a pedidos apresentados em ação civil pública movida pelo Ministério Público estadual, por meio das promotoras de Justiça Rita Tourinho e Nívia Andrade, o juiz Glauco de Campos determinou hoje, dia 7, ao Estado da Bahia que suspenda a contratação e mantenha a empresa atual na gestão dos serviços até nova decisão. [...]

[+ Confira](#)



## MP faz recomendação a Prefeitura de Cabaceiras do Paraguaçu após casos de nepotismo

O Ministério Público estadual, por meio da Promotoria de Justiça de Muritiba, recomendou hoje, dia 4, que o prefeito de Cabaceiras do Paraguaçu, Pedro André Braz da Silva Santana, anule, em até 30 dias, a nomeação de todos os ocupantes de cargos em comissão e função de confiança ou contratados temporariamente, que configurem nepotismo. Um procedimento administrativo constatou que o referido prefeito teria nomeado familiares e parentes para cargos na Prefeitura Municipal, bem como mantido outros cargos com a mesma relação. [...]

[+ Veja mais](#)



## Justiça decreta afastamento de secretária de saúde de Inhambupe por improbidade administrativa

O Tribunal de Justiça da Bahia determinou que a secretária de saúde de Inhambupe seja afastada do cargo, após constatar que ela causou prejuízo ao erário público por meio de “contratações fraudulentas e superfaturadas” para prestação de serviços médicos, “em favor de aliado político”. A decisão acata o pedido [...]

[+ Continue lendo](#)

## MP recomenda ao Município de Macaúbas retirada de nomes de pessoas vivas de bens públicos

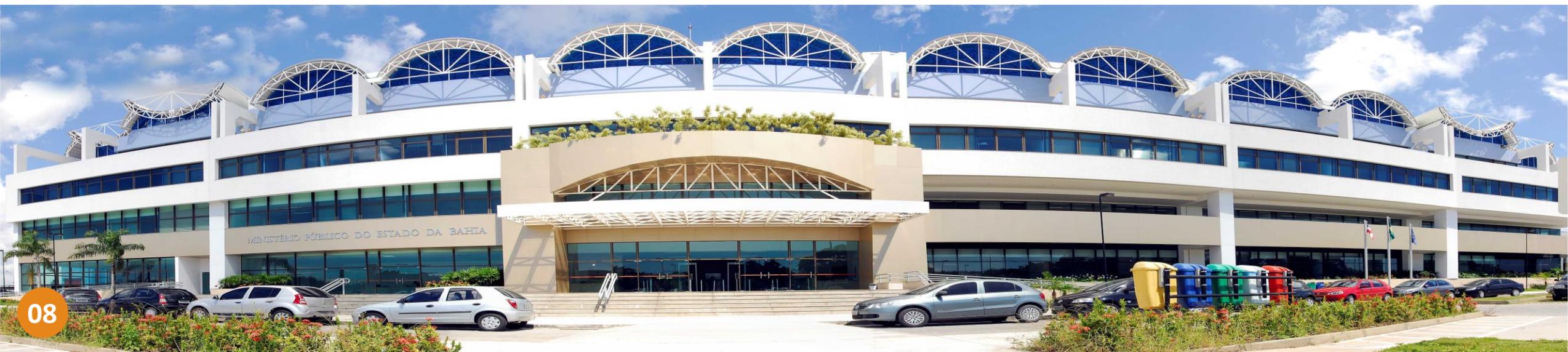
O Ministério Público estadual recomendou ao Município de Macaúbas que, no prazo de 120 dias, altere os nomes dos bens públicos da cidade que homenageiam pessoas vivas. Segundo o promotor de Justiça Victor Teixeira, autor da recomendação, há duas ruas no Município, Rua Divaldo Pereira Franco e Rua Ildfonso José Pereira, que ainda possuem nomes [...]

[+ Confira](#)

## Acordo entre MP e Prefeitura prevê processo seletivo para novas autorizações de táxi em Salvador

Um acordo firmado entre o Ministério Público estadual e a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Salvador (Semob) prevê abertura de processo seletivo para novas autorizações de prestação de serviço de táxi na capital. Proposto pela promotora de Justiça Rita Tourinho, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) [...]

[+ Prossiga](#)





## Município de Barreiras é recomendado a adotar medidas de gestão e fiscalização de contratos administrativos

O Ministério Público estadual recomendou ao Município de Barreiras que adote medidas que assegurem a adequada gestão e fiscalização de contratos administrativos. Segundo o promotor de Justiça André Luís Fetal, a Central de Apoio Técnico do MP detectou irregularidades em processos de pagamento do Município, que efetuou pagamentos de despesas sem o devido atestado de regularidade assinado por servidor público incumbido pela tarefa. O promotor de Justiça orienta ao prefeito que edite decreto executivo disciplinando a gestão e a fiscalização dos contratos, em especial [...]

[+ Continue lendo](#)



## MP denuncia ex-prefeito de Carinhanha por contratações irregulares

O ex-prefeito do Município de Carinhanha, Paulo Elísio Cotrim, foi denunciado pelo Ministério Público estadual por irregularidades na contratação de servidores municipais, enquanto era prefeito do município, no ano de 2014. A denúncia, protocolada no dia 7, pelo promotor de Justiça Alex Bezerra Bacelar aponta que, entre os meses de agosto e dezembro de 2014, o prejuízo causado pelas contratações ilegais chegou a R\$ 1.356.800,00. O prejuízo ao erário foi provocado pela “excessiva contratação de servidores em cargos [...]

[+ Confira](#)

## Câmara Municipal de Ilhéus faz acordo com MP para realização de concurso

A Câmara Municipal de Ilhéus firmou, no último dia 14, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Estadual, comprometendo-se a realizar concurso público para preencher o quadro permanente de pessoal da casa legislativa. Esse será o primeiro concurso realizado pela Câmara Municipal de Ilhéus. No termo proposto pela promotora de Justiça Alicia Passeggi, a primeira ação a ser adotada é a aprovação de uma lei municipal regulamentando o concurso público para preenchimento dos cargos administrativos, sendo preciso estabelecer o plano de cargos e salários. A Câmara se comprometeu a cumprir um cronograma, que prevê a contratação da empresa realizadora do concurso [...]

[+ Leia mais](#)



## 'Operação Metástase' combate atuação de organização criminosa em Porto Seguro

Quatro mandados de busca e apreensão foram cumpridos na manhã desta sexta-feira, dia 18, em operação deflagrada pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e Investigações Criminais Regional Sul (Gaeco-Sul), no município de Porto Seguro, em conjunto com a 5ª Promotoria [...]

[+ Continue lendo](#)

## Operação Turandot: Justiça recebe denúncia contra nove investigados por fraudes em processos judiciais

A Justiça recebeu hoje, dia 1º, denúncia formulada pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) Regional Norte, contra nove pessoas investigadas na 'Operação Turandot', que visa apurar a prática [...]

[+ Leia mais](#)



## MP deflagra 'Operação Pandemia' contra envolvidos em irregularidades na operacionalização de serviços de saúde em hospital de Salvador

O Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco) e das 2ª e 7ª Promotorias de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público [...]

[+ Confira](#)

## MP deflagrou 30 operações de combate ao crime organizado em 2022

Trinta operações de combate à criminalidade organizada foram deflagradas pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (Gaeco), em 2022. As operações deram cumprimento a mais de 70 mandados de prisão e 117 de busca e apreensão. Elas representam [...]

[+ Veja mais](#)



## MP aciona Justiça e representa ao TCM pedindo cancelamento de concurso em Poções

O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Ruano Leite, ajuizou uma ação na Justiça e uma representação perante o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) contra o Município de Poções e o Instituto Brasileiro Educar Conquista (Ibec) pedindo, em caráter liminar, a suspensão do concurso público 01/2022. Voltado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no quadro municipal de Poções, o concurso foi elaborado pelo Ibec e, segundo apurou o MP, apresentou diversas irregularidades que resultaram em um dano ao patrimônio público de “pelo menos R\$442.890,00”, afirmou o promotor de Justiça. Na ação, além da anulação e suspensão do concurso [...]

[+ Continue lendo](#)



## Justiça e TCM suspendem concurso em Poções a pedido do MP

A Justiça e o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) suspenderam, em caráter liminar, o concurso público 001/2022, voltado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no quadro do Município de Poções. As decisões, de ontem, dia 6, atendem a ações do Ministério Público estadual, ajuizadas pelo promotor de Justiça Ruano Leite, e determinam que o Instituto Brasileiro Educar Conquista (Ibec), responsável pela realização [...]

[+ Confira](#)

## Acordo prevê anulação de concurso e realização de novo certame em Poções

O Município de Poções se comprometeu com o Ministério Público estadual a anular, até o dia 16 de dezembro, o concurso nº 001/2022, voltado ao provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no quadro do Município de Poções. No acordo, firmado com o promotor de Justiça Ruano Leite, a prefeita de Poções assumiu ainda a obrigação de realizar licitação para contatar outra empresa para organizar o concurso. O compromisso contempla ainda a abertura de processo administrativo para apurar as condutas da instituição organizadora do primeiro concurso e o envolvimento de agentes públicos com base na Lei Anticorrupção, que resultaram num prejuízo de “pelo menos [...]

[+ Leia mais](#)

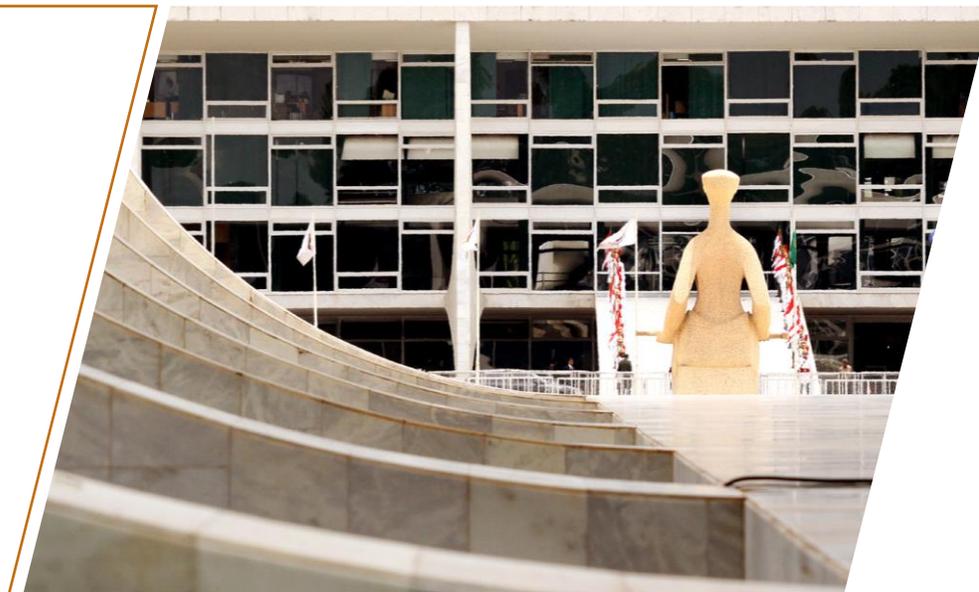


## Empresas estatais e transferência do controle técnico, administrativo ou de gestão compartilhada - ADI 1846/SC

**RESUMO:** É inconstitucional lei estadual que veda ao Poder Executivo e às empresas públicas e de economia mista, cujo controle acionário pertença ao estado, de assinarem contratos ou outros instrumentos legais congêneres que viabilizem a transferência do controle técnico, administrativo ou de gestão compartilhada. [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1073/2022 - Brasília, 28 de outubro de 2022



## Alteração de escolaridade para o cargo de perito técnico de polícia por meio de lei estadual - ADI 7081/BA

**RESUMO:** A exigência de diploma de nível superior, promovida por legislação estadual (1), para o cargo de perito técnico de polícia - que anteriormente tinha o nível médio como requisito de escolaridade - não viola o princípio do concurso público (CF/1988, art. 37, II) (2) nem as normas constitucionais sobre competência legislativa (CF/1988, arts. 22, I; 24, XVI e § 4º) (3). [...]

[+ Veja mais](#)

Informativo STF - Nº 1074/2022 - Brasília, 11 de novembro de 2022





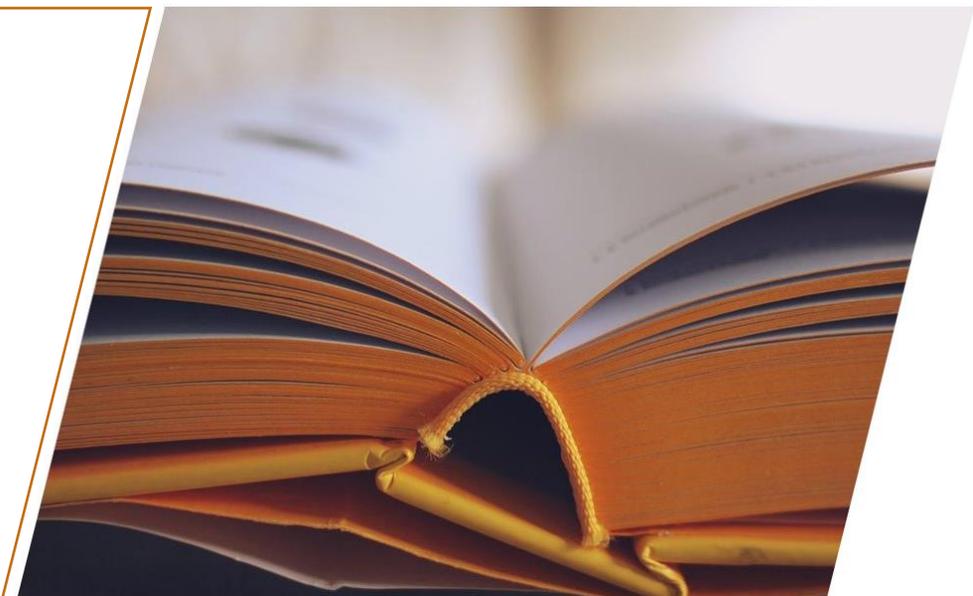
## Criação de regime previdenciário específico para os agentes públicos não titulares de cargos efetivos por lei estadual - ADI 7198/PA

**RESUMO:** Viola o art. 40, caput e § 13, da Constituição Federal, a instituição, por meio de lei estadual, de um regime previdenciário específico para os agentes públicos não titulares de cargos efetivos.

A competência legislativa dos estados e do Distrito [...]

[+](#) [Prossiga](#)

Informativo STF - Nº 1074/2022 - Brasília, 11 de novembro de 2022



## Lista tríplice para escolha de delegado-chefe da Polícia Civil - ADI 6923/RO

**RESUMO:** É inconstitucional norma de Constituição estadual, oriunda de iniciativa parlamentar, que disponha sobre a nomeação, pelo governador do estado, de ocupante do cargo de diretor-geral da Polícia Civil, a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior de Polícia.

A instituição de requisitos para a nomeação do [...]

[+](#) [Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1074/2022 - Brasília, 11 de novembro de 2022



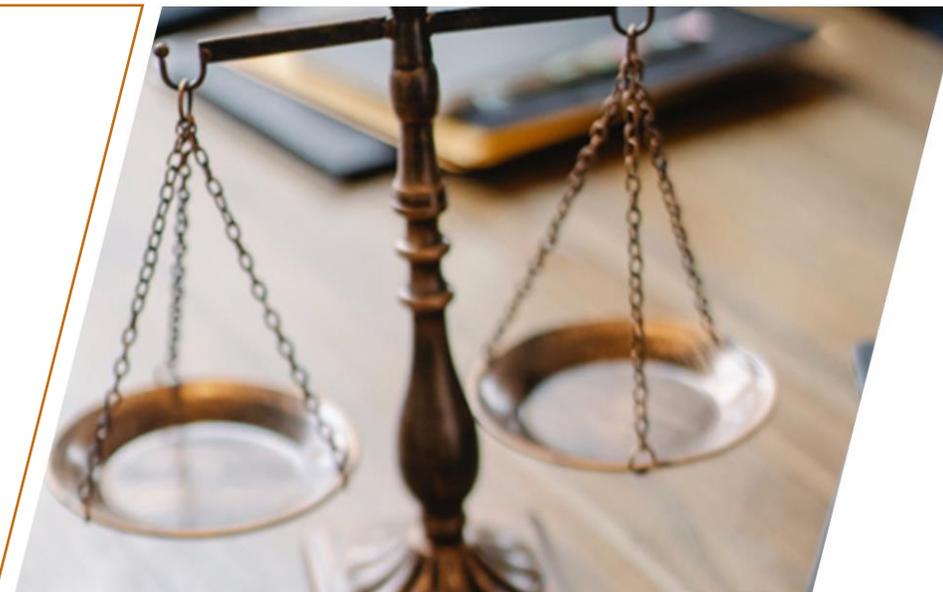


**Requisitos para a ratificação pela União de registros imobiliários decorrentes de títulos expedidos pelos estados referentes a alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira - ADI 5623/DF**

**RESUMO:** É constitucional a ratificação de registros imobiliários prevista na Lei 13.178/2015, desde que observados os requisitos e condições exigidos pela própria norma e os previstos pela Constituição Federal de 1988 concernentes à política agrícola, ao plano nacional de reforma agrária [...]

[+ Continue lendo](#)

Informativo STF - Nº 1077/2022 - Brasília, 02 de dezembro de 2022



**Restrição do direito de férias de servidores municipais - RE 593448/MG (Tema 221 RG)**

**RESUMO:** Lei municipal não pode limitar o direito fundamental de férias do servidor público que gozar, em seu período aquisitivo, de mais de dois meses de licença médica.

O direito ao gozo de férias anuais remuneradas é constitucionalmente assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais (CF/1988, art. 7º, XVII) e extensível aos servidores públicos [...]

[+ Leia mais](#)

Informativo STF - Nº 1078/2022 - Brasília, 09 de dezembro de 2022



**Servidor público federal. Primeiro período de férias já usufruído. Gozo de férias seguintes. Mesmo ano civil do lapso temporal aquisitivo. Dois períodos de férias no mesmo exercício. Possibilidade. Tema 1135.**

**DESTAQUE:** É possível ao servidor que já usufruiu o primeiro período de férias, após cumprida a exigência de 12 (doze) meses de exercício, usufruir as férias seguintes no mesmo ano civil, dentro do período aquisitivo ainda em curso, nos termos do § 1º do art. 77 da Lei n. 8.112/1990. [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0755/2022 - Brasília, 07 de novembro de 2022

**Anistia. Ex-militares da Força Aérea. Autotutela. Decadência. Não ocorrência. Tese firmada pelo STF em sede de Repercussão Geral (Tema n. 839/STF).**

**DESTAQUE:** No exercício do seu poder de autotutela, poderá a Administração Pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica com fundamento na Portaria n. 1.104/1964, quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0756/2022 - Brasília, 14 de novembro de 2022





**Concurso de remoção para notários e registradores. Ocupantes de vagas de natureza específica. Inscrição para remoção a vagas de natureza mista. Possibilidade. Necessidade de titulação específica. Inexistência. Requisitos não previstos no edital nem na legislação vigente.**

**DESTAQUE:** Em concurso de remoção para notários e registradores, é possível que ocupantes de vagas [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0757/2022 - Brasília, 21 de novembro de 2022

**Servidor público. Magistrado convocado para exercer em substituição o cargo de desembargador. Períodos de férias, recesso, licenças e afastamentos legais. Direito à diferença de vencimentos. Art. 124 da LOMMAN. Efetivo exercício do cargo. Art. 102 da Lei n. 8.112/1990.**

**DESTAQUE:** Os períodos de férias, recesso, licenças e afastamentos de juiz convocado para atuar como desembargador devem ser considerados quanto ao direito [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0759/2022 - Brasília, 05 de dezembro de 2022





**Servidor ocupante de cargo em comissão. Reclamação Trabalhista. Regime celetista. Competência da Justiça Comum.**

**DESTAQUE:** Compete à Justiça Comum o julgamento de controvérsia envolvendo direitos de servidor contratado para exercer cargo em comissão regido pela CLT. [...]

[+ Confira](#)

Informativo STJ - Nº 0760/2022 - Brasília, 12 de dezembro de 2022

**Servidor público. Juiz atuando como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Mudança temporária para cidade diversa daquela em que sediado o CNJ. Opção exclusivamente pessoal. Direito à ajuda de custo para retorno à unidade judiciária de origem. Não cabimento. Prévia mudança de domicílio dissociada do interesse público.**

**DESTAQUE:** Ausente a efetiva mudança [...]

[+ Prossiga](#)

Informativo STJ - Nº 0761/2022 - Brasília, 19 de dezembro de 2022





## Procuradora-Geral de Justiça

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

## CAOPAM - Coordenação

Frank Monteiro Ferrari

Alicia Violeta Botelho Sgadari Passeggi

## CAOPAM - Assistentes Técnico-Administrativos

Evanilda da Silva Santos

Juliana Fernandes Prado

Juliana Gouvea Dumas

Leandro Rodrigues Blanco

## CAOPAM – Setor jurídico

Renata Sueli Leite Araújo Barreto

Vanessa Pontes de Paula

Juliano Batista de Oliveira



[caopam@mpba.mp.br](mailto:caopam@mpba.mp.br)

71 3103-6400

71 3103-6653



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO À MORALIDADE - CAOPAM

Endereço: Av. Joana Angélica, 1312, Nazaré – Salvador/ BA. CEP: 40050-002



Edições Anteriores  
Clique aqui